

# AS ATITUDES LINGUÍSTICAS DE SERRATALHADENSES SOBRE A REALIZAÇÃO DE ARTIGO DEFINIDO DIANTE DE ANTROPÔNIMOS

## THE LANGUAGE ATTITUDES OF SERRATALHADENSES ABOUT THE REALIZATION OF A DEFINITE ARTICLE BEFORE ANTHROPONYMS

Déreck K. Ferreira Pereira<sup>1</sup>  
Cláudia Roberta Tavares Silva<sup>2</sup>

**RESUMO:** Tomando como arcabouço teórico-metodológico a teoria da Sociolinguística, mais especificamente, o campo das crenças e atitudes linguísticas (LAMBERT; LAMBERT, 1968; LABOV, 1972; CARDOSO, 1989; FREITAG; SEVERO, 2015), temos como objetivo investigar as atitudes linguísticas de falantes da cidade de Serra Talhada - PE acerca da realização de artigo definido diante do contexto de antropônimos. Para tanto, aplicamos teste de julgamentos subjetivos com 16 informantes domiciliados na cidade. Nessa comunidade, a variante de prestígio é aquela cujo artigo não antecede o antropônimo (PEREIRA, 2017). Partindo dessa observação, verificamos que o gênero feminino apresenta grande preferência pelo uso dessa variante.

**Palavras-chave:** Atitudes linguísticas; Artigo definido; Antropônimos; gênero

**ABSTRACT:** Based in the theoretical -methodological framework of the sociolinguistics theory, specifically in the field of linguistic beliefs and attitudes (LAMBERT, 1968; LABOV, 1972; CARDOSO, 1989; FREITAG, SEVERO, 2015), we aim to investigate speakers' language attitudes from Serra Talhada, a town located in the state of Pernambuco (Brazil), about the realization of a definite article before anthroponyms. Therefore, we applied subjective judgment tests with 16 citizens. This community has a tendency of low usage of article before anthroponym (PEREIRA, 2017). Based on it, we observed that the female gender has a high preference to use this variant.

**Keywords:** Language attitudes; Definite article; Anthroponyms; Gender

---

<sup>1</sup>Doutorando e mestre em Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco e graduado em Letras (Português-Ingês) pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. É membro do Grupo de Estudos em Teoria da Gramática (GETEGRA). e-mails: derick\_ferreira@hotmail.com / dereckferreirap@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutora em Linguística pela Universidade Federal de Alagoas, professora Associada do Departamento de Letras da Universidade Federal Rural de Pernambuco e docente do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco. É membro do Grupo de Estudos em Teoria da Gramática (GETEGRA). e-mail: claudiarobertats@gmail.com.



## Introdução

A partir do pressuposto de que a heterogeneidade é um princípio constitutivo de todas as línguas naturais, estudos sociolinguísticos no Brasil têm centrado particular atenção na descrição de formas linguísticas variáveis no plano fonético-fonológico e morfossintático (AGUILERA, 2008). No entanto, a abordagem prevista na gênese da Sociolinguística (LABOV [1972] 2008) voltada às atitudes linguísticas dos falantes não só quanto ao reconhecimento e à avaliação do uso dessas formas, bem como aos efeitos desse uso em seu comportamento linguístico ainda é escassa e recente (AGUILERA, 2008, BOTASSINI, 2015, HORA, 2012; FREITAG et al., 2015). Segundo Hora (2012, p. 384),

[é] importante que os estudos realizados no Brasil, voltados para a perspectiva laboviana, comecem a interessar-se pela possibilidade de aliar aos resultados obtidos uma análise da atitude do falante em relação à fala do outro e a sua própria fala. Isso nos levará a avaliar as diferentes variantes que se estendem pelo país como um todo, possibilitando análises mais acuradas, principalmente, no que concerne aos fatores sociais.

Um dos fenômenos linguísticos variáveis descritos no âmbito da sintaxe do português brasileiro (PB) em diferentes regiões brasileiras diz respeito ao uso do artigo diante de antropônimos, cf. (1) e (2), extraídos de Pereira (2017):

- (1) “Eu gosto de [SN Cássia Eller] (...)” (Inf22 – CA)<sup>3</sup>
- (2) “Tem [SN o Fernando Rocha] e tem a Mariana, Mariana... não sei o sobrenome dela” (Inf7 – ST)

Estudos sociolinguísticos descrevem a variação acima, apontando para diferenças entre as regiões brasileiras. Callou e Silva (1997), objetivando analisar o fenômeno mencionado, tomaram como *corpus* entrevistas realizadas em cinco capitais brasileiras (Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Recife) provenientes do Projeto Norma Urbana Oral Culta (NURC), seguindo a metodologia da Sociolinguística Variacionista e fazendo uso do programa computacional VARBRUL (PINTZUK, 1986). Como resultado, as autoras evidenciaram que as cidades nordestinas - Salvador e

---

<sup>3</sup> As siglas entre parênteses significam o seguinte: Inf (informante) seguido do número desse informante, CA (cidade de Carinaíba) e ST (cidade de Serra Talhada), ambas localizadas no Sertão de Pernambuco.



Recife - foram as que menos realizaram o artigo definido diante de antropônimos<sup>4</sup>, como podemos verificar na tabela 1:

**Tabela 1:** Realização do artigo definido diante de antropônimo e pronome possessivo, apresentada no trabalho de Callou e Silva (1997, p. 21)

Município	Antropônimo	Possessivo
Recife	(12/71) 17%	(59/98) 60%
Salvador	(10/24) 32%	(57/87) 66%
Rio de Janeiro	(27/85) 43%	(280/399) 70%
São Paulo	(20/23) 87%	(147/209) 70%
Porto Alegre	(50/63) 79%	(26/33) 79%

As autoras verificaram que, quanto mais ao norte do país a comunidade estiver localizada, maior a chance de o antropônimo não ser antecedido por artigo definido; já, quanto mais próxima ao hemisfério sul do país a comunidade estiver, maior a chance de o contrário acontecer, isto é, de o antropônimo ser antecedido por artigo.

Ainda com base nas comunidades analisadas, as autoras verificam que o tempo de existência da cidade interfere na realização do determinante: Recife e Salvador são mais conservadoras, privilegiando a ausência do artigo diante de nomes próprios de pessoas, assim como acontecia no português clássico (cf. FLORUPI, 2008) e, até mesmo, na era clássica do latim (cf. COUTINHO, 2004). Contrariamente, as cidades mais novas, como, por exemplo, Porto Alegre, tendem a privilegiar a realização do artigo.

Ademais, variáveis linguísticas interferem na realização desse artigo. Segundo Callou e Silva (1997), o fato de o artigo vir ou não preposicionado é significativo. Em seus dados, quando o contexto era preposicionado, o peso relativo (P.R) obtido era superior ao peso encontrado para os contextos sem preposição, a saber: 0,77 e 0,49, respectivamente. Além da preposição, a variável função sintática também foi apontada como condicionadora. As posições de sujeito (0,61), tópico (0,95) e adjunto adverbial (0,98) são as que mais favorecem a realização; já, as posições sintáticas de objeto + predicativo (0,41) são as menos favorecedoras.

<sup>4</sup> As autoras também controlaram o contexto de pronomes possessivos em posições pré-nominais. Todavia, para esta exposição, iremos abordar apenas os resultados obtidos para o contexto de antropônimos.



Campos Jr. (2011) analisa a cidade de Vitória – ES e verifica que esta parece ir de encontro às capitais sulistas analisadas por Callou e Silva (1997). Ao comparar os números obtidos em sua pesquisa com os obtidos no Projeto NURC, verifica que os moradores da comunidade de fala de Vitória utilizam menos artigo definido do que algumas regiões do Brasil, como a região sulista, como podemos verificar na tabela 2:

**Tabela 2:** Realização do artigo definido diante de antropônimos de acordo com a origem geográfica (CAMPOS JR., 2011, p.25) <sup>5</sup>

	VIX	BH	RE	SSA	RJ	SP	POA
Freq.	118/300	-	12/71	10/24	27/85	20/23	50/63
%	39	76	17	32	43	87	79

O autor apresenta duas motivações para os resultados obtidos em sua pesquisa. A primeira diz respeito à possível referência ao conservadorismo linguístico na fala capixaba, uma vez que a realização do artigo não tem uma frequência alta nessa fala. A segunda motivação e a mais defendida pelo autor é o fato de esse resultado ser uma marca de um traço identitário. Assim, a hipótese do autor é a de que:

[o] nativo de Vitória (ES) tem utilizado a língua como um recurso a mais na busca da manutenção de sua identidade, tão fragilizada ao longo de sua história. Primeiro, por décadas de descaso socioeconômico. Segundo – e principalmente – como retorno da reviravolta que a economia local sofreu, pela grande invasão de pessoas oriundas de outros estados. (CAMPOS JR, 2011, p. 26)

No estudo de Campos Jr. (2011), questões de ordem linguística e extralinguística também são apontadas como condicionadoras da variação. Foram consideradas significativas as variáveis: gênero do antropônimo, traços supra-segmentais, faixa etária e sexo/gênero do falante. Com a primeira variável, o autor verificou que, quando o antropônimo apresenta a forma feminina (ex.: A Maria), o peso relativo é superior ao encontrado quando a forma em questão é o masculino (ex.: O João): 0,61 e 0,44, respectivamente. Sobre o chamado *traços supra-segmentais*, o autor afirma que o ambiente prosódico possui um papel de relevância no

<sup>5</sup> As siglas utilizadas pelo autor são correspondentes às seguintes cidades: Vitória (VIX), Belo Horizonte (BH), Recife (RE), Salvador (SSA), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP) e Porto Alegre (POA).



condicionamento da realização do artigo definido diante de contexto de nomes próprios de pessoas, a saber: pausa silenciosa (0,29), pausa preenchida (0,41), sequência contínua (0,61) e alongamento (0,78). Tais resultados, portanto, indicam que, no município de Vitória, a realização do artigo parece ser favorecida em segmentos fonológicos ininterruptos.

No que tange às variáveis extralingüísticas, Campos Jr. (2011) salienta que as mulheres são mais conservadoras, uma vez que o padrão em Vitória é a tendência à ausência do artigo. Além disso, tendo em mente o que foi aventado por Callou e Silva (1997) de que quanto mais antiga a colonização da comunidade, maior será a ausência de artigo, esse conservadorismo estaria sendo propagado pelas mulheres.

Sobre a variável faixa etária, o autor aponta para uma possível preferência ao uso do artigo na fala dos informantes com idade entre 15 a 25 anos, que apresentaram um P.R de 0,67, ao contrário do que ocorre com a faixa etária acima de 50, com P.R de 0,36. Diante dos dados obtidos, o autor lança a hipótese de que estaria lidando com um caso de gradação etária, ou seja, um comportamento de uso linguístico regular que se repete nos segmentos etários a cada geração (cf. LABOV, 1994, p. 46).

Se nas grandes capitais brasileiras este fenômeno apresenta suas particularidades, no interior nordestino, o fenômeno da variação do artigo parece apresentar uma peculiaridade ainda mais expressiva. Pereira (2017) analisa a fala de duas cidades localizadas no interior do estado de Pernambuco, mais especificamente na mesorregião do Sertão do Pajeú, foram elas: Carnaíba e Serra Talhada, a fim de verificar a frequência de realização de artigo diante de antropônimos e pronomes possessivos. Serão expostos, aqui, os resultados para o primeiro contexto.

Com base em um *corpus* oral resultante da realização de 48 entrevistas cujos dados foram submetidos ao programa computacional GoldVarb X, Pereira (2017) evidenciou a tendência à não-realização do artigo. Os municípios de Carnaíba e Serra Talhada apresentaram índices baixos de realização: o primeiro apresentou uma porcentagem de 17%; o segundo, um número ainda menor de 9%. Nesse sentido, verificamos que a variante padrão na localidade é, de fato, aquela em que o artigo não antecede o antropônimo, indo no mesmo caminho das comunidades de Vitória (CAMPOS JR., 2010) e de Recife e Salvador (CALLOU; SILVA, 1997).



Em sua pesquisa, Pereira (2017) verifica que há interferência de variáveis internas e externas à língua nas duas comunidades. Aqui, daremos enfoque às variáveis apresentadas como condicionadoras no município de Serra Talhada, haja vista que neste artigo centramos nossa atenção nas atitudes linguísticas de falantes serratalhadenses no que se refere à realização do artigo definido diante de antropônimos, uma perspectiva de análise pioneira dentro dos estudos sociolinguísticos até então realizados nesse município.

Após rodada dos dados no programa GoldVarb X, foram selecionadas como significativas as seguintes variáveis: referência do antropônimo, função sintática, tipo de preposição, SN isolado, *status* informacional, escolaridade e sexo. Voltando nossa atenção a essa última variável, observem-se os resultados obtidos por Pereira (2017):

**Tabela 3:** Presença de artigo no contexto de antropônimo em Serra Talhada quanto à variável sexo do falante (PEREIRA, 2017, p. 161).

Sexo	Presença de artigo		
	Nº	%	P.R.
<b>Feminino</b>	14/252	6	0,30
<b>Masculino</b>	27/193	14	0,74

Na tabela 3, os homens são os que mais favorecem a realização do determinante diante do antropônimo, com peso relativo de 0,74. As mulheres, por sua vez, apresentam um peso bem inferior (0,30), colocando-as como as que menos produzem antropônimos regidos por artigo definido. Logo, quando o informante é do sexo feminino, há menos chance de o fenômeno acontecer na comunidade. Comparando seu resultado com os de outros estudos, o autor destaca:

[...] parece haver uma uniformização: nas comunidades em que há preferência pelo uso, ou seja, nas comunidades onde a variante predominante é aquela onde se tem artigo diante de nomes próprios de pessoas, como é o caso da comunidade do Rio de Janeiro (cf. SILVA, 1998) e da comunidade de Abre Campos (cf. ALMEIDA MENDES, 2009), as mulheres são as responsáveis por produzir mais artigo. Já, nas comunidades em que a variante predominante é aquela cujo antropônimo não é acompanhado por artigo, como a comunidade aqui analisada e as comunidades de Vitória (cf. CAMPOS JR., 2011) e de Barra Longa (cf. ALVES, 2008), as mulheres são aquelas que menos utilizam a variante nova.



Dessa forma, o informante do sexo feminino parece refletir o padrão da comunidade de fala a que pertence. (PEREIRA, 2017, p. 162).

Os resultados de Pereira (2017) apontam para um perfil conservador das mulheres, sendo elas as responsáveis pela força da manutenção da forma em que não ocorre determinante diante de antropônimos.

Tomando por base os resultados do estudo sociolinguístico obtido por Pereira (2017), sobretudo, quando observada a variável sexo/gênero, são objetivos deste artigo: a) investigar as atitudes linguísticas de falantes masculinos e femininos da cidade de Serra Talhada - PE acerca da realização e não-realização do artigo definido diante do contexto de antropônimos (ex.: A Maria), tendo em mente não só como avaliam o uso que fazem, mas também o efeito desse uso sobre o seu comportamento linguístico; b) analisar como diferentes reações subjetivas (avaliações) dos falantes podem expressar seu reconhecimento quanto ao uso que fazem ou não do artigo diante de antropônimos, a fim de garantir sua identidade regional, e c) verificar se a variável gênero interfere nas atitudes linguísticas dos falantes investigados. Para tanto, este trabalho investigativo pioneiro na região do Sertão do Pajeú embasa-se na Sociolinguística laboviana, mais especificamente, no campo das atitudes linguísticas (LABOV, [1972] 2008, CARDOSO, 2015; FREITAG et al., 2016; VASSOLER; CAMACHO, 2016). Assim, esperamos não só contribuirmos com os estudos até então realizados no Brasil sobre esse campo de investigação, mas também viabilizarmos uma análise adicional para o fenômeno linguístico variável em questão que vai além da descrição das formas linguísticas variáveis que o constituem.

Ademais, para inferirmos e mensurarmos as atitudes linguísticas dos falantes, aplicamos o teste de concordância (LICKERT, 1932) com dezesseis informantes (oito do gênero masculino e oito do gênero feminino) domiciliados na cidade de Serra Talhada-PE. Através desse teste, também adotado por outros pesquisadores (ZILLES, 2007; CARDOSO; 2015; LOURENZO, 2015; FREITAG (2016), FREITAG et al. (2016)), foi possível verificarmos se as mulheres são mais propensas à avaliação positiva quanto ao uso da variante padrão, indo na direção do que já foi verificado em outros estudos sobre atitudes linguísticas (LABOV, [1972] 2008; AGUILERA, 2008; CARDOSO, 2015).



Em linhas gerais, para o desenvolvimento da temática aqui proposta, este artigo encontra-se estruturado da seguinte forma: na seção da fundamentação teórica, discutimos os pressupostos básicos que norteiam os estudos em sociolinguística e no campo das atitudes linguísticas; na seção da metodologia, expomos as etapas de realização do estudo desde a seleção dos informantes à obtenção dos dados embasada no julgamento subjetivo dos participantes; a seção subsequente é dedicada à análise dos dados obtidos com os testes e, por fim, apresentamos as considerações finais, reunindo os principais resultados obtidos neste estudo.

## Fundamentação teórica

Para o tratamento da temática aqui proposta, este artigo encontra-se embasado no campo da Sociolinguística Variacionista cujo objeto de estudo é a variação linguística verificada em contextos reais de comunicação. Por estar enquadrada no contexto social, assumimos aqui que a língua sofre influência tanto de fatores linguísticos quanto extralinguísticos (idade, sexo, escolaridade, profissão, etnia, posição geográfica) e, portanto, diferentemente da visão saussuriana, é considerada heterogênea e variável, sendo o “instrumento de comunicação utilizado pela comunidade de fala” (LABOV, [1972] 2008, p. 187). Nessa perspectiva, o conceito de comunidade de fala ganha relevo, pois, ao ser “mais bem definida como um grupo que compartilha as mesmas normas em relação à língua” (LABOV, [1972] 2008, p. 158), assim como atitudes semelhantes acerca dos usos da linguagem (cf. GUY, 2000), convoca-se necessariamente o meio social específico onde essas normas são construídas e partilhadas, deixando de lado a ideia de homogeneidade linguística e abrindo-se espaço à defesa de que a língua é identitária de uma dada comunidade de fala.

Sendo a variação o objeto da Sociolinguística Variacionista, as formas linguísticas inovadoras não ocorrem aleatoriamente em uma dada comunidade de fala por serem influenciadas por fatores internos e externos e funcionam como: a) indicadores de diferenças sociais, o que é demonstrado pela relação complexa de estratificação social (*+status* social *versus* *-status* social), b) diferenciadores de estilos (casual, espontâneo e cuidado) e c) marcadores de uma dada comunidade definido como estereótipos. A essas três variáveis encontra-se associada a consciência do falante no momento em que expõe suas reações subjetivas.





Estando fundamentado em uma ciência de base empírica, Labov ([1972] 2008) constata que as classes sociais se refletem na língua, quer dizer, a língua é o veículo que, por meio de contextos diversos (formais e informais), diferencia os vários grupos sociais de uma dada comunidade, ocasionando, assim, a variação estilística (fala casual, espontânea ou cuidada). Além disso, falantes de *status* social elevado tendem a adotar a forma de prestígio (variante padrão), enquanto aqueles de menor *status*, formas linguísticas desprestigiadas (variante não-padrão). Segundo Botassini (2015, p. 104)

[n]ormalmente, os padrões de uso da linguagem do grupo dominante são referenciados como o modelo necessário para a ascensão social; já o uso de linguagem, dialeto ou sotaque de baixo prestígio, pelos membros de grupos minoritários, reduz as oportunidades de sucesso na sociedade.

Diante do exposto, a abordagem teórica aqui adotada contempla o campo das atitudes <sup>6</sup> linguísticas, definidas “como qualquer índice cognitivo ou comportamental de reações avaliativas em direção às variedades diferentes de língua ou de seus falantes.” (GILES; RYAN; SEBASTIAN, 1982, p. 7). Estudos nesse campo da linguagem, cujo precursor é Lambert (1967), integram questões sociais, culturais e ideológicas que dialogam muito estreitamente com a psicologia social (LAMBERT; LAMBERT, 1972) através da qual a língua é vista como um objeto social, sendo as atitudes linguísticas “reflexo das atitudes psicossociais, de modo que é difícil delimitar onde começa a atitude em relação a uma variedade linguística e onde termina a atitude quanto ao grupo social ou ao usuário dessa variedade” (MORENO FERNÁNDEZ, 1998 apud BOTASSINI, 2015, p. 113). No que respeita à ideia de variedade linguística, assumimos com Trudgill (1975) que juízos de valor atribuídos a ela pelos falantes como positivos ou negativos são muito mais sociais que linguísticos, ou seja:

[t]odas as variedades de uma língua são sistemas estruturados, complexos, governados por normas

---

<sup>6</sup> Assumimos neste artigo que as atitudes se diferenciam das crenças no sentido de estas últimas serem “[...] uma forma de pensamento, construções da realidade, maneiras de ver e perceber o mundo e seus fenômenos, co-construídas em nossas experiências resultantes de um processo interativo de interpretação e (re)significação. Como tal, crenças são sociais (mas também individuais), dinâmicas, contextuais e paradoxais.” (BARCELOS, 2007, p. 113).



inteiramente adequadas às necessidades de seus falantes. Daí se conclui que juízos de valor sobre a correção e a pureza de variedades linguísticas são muito mais sociais que linguísticas. Não há nada inerente nas variedades não-padrão que as faça inferiores. Qualquer aparente inferioridade é devida somente à sua associação com falantes de grupos desprivilegiados e subcategorizados. Em outras palavras, atitudes para com dialetos não-padrão são atitudes que refletem a estrutura social de determinada sociedade (TRUDGILL, 1975, p. 209).

Vale referirmos que um dos instrumentos utilizados por Lambert (1967) para inferir e medir as reações subjetivas (atitudes) dos falantes frente à linguagem é a técnica *matched guise* (isto é, a técnica dos “falsos pares”) em que são apresentadas a esses falantes (considerados os “juizes” que farão julgamentos das formas linguísticas) gravações da fala de outros falantes, a fim de que, ao ouvirem essas gravações, avaliem, as características pessoais (positivas e negativas) de cada falante. Essa técnica é considerada por Labov ([1972] 2008) de grande contribuição para a ampliação dos estudos voltados ao campo das atitudes linguísticas.

Visando investigarmos as atitudes linguísticas (positivas e negativas) de falantes serratalhadenses sobre a realização do artigo diante de antropônimos, utilizamos outra metodologia de análise comumente adotada em estudos sobre atitudes linguísticas, a saber: a escala de concordância (LICKERT, 1932), conforme será descrita na seção da metodologia. É importante dizermos ainda que, ao avaliarmos as reações subjetivas negativas, assumimos com Botassini (2015) que são um dos estímulos à discriminação linguística. Nessa mesma linha de raciocínio, destaca Bisinoto (2007, p. 24):

[a]s avaliações manifestas e encobertas, subjetivas e objetivas, mais ou menos conscientes, relativas à linguagem dos homens numa sociedade plural, têm a propriedade de fundar e governar tanto as relações de poder quanto o prestígio ou o desprestígio das formas linguísticas, estabelecendo seletividades, evidenciando preconceitos.

Ademais, tendo em mente que as comunidades de fala são identificadas pelas normas linguísticas que compartilham no contexto comunicativo, não podemos perder de vista as atitudes dos falantes dessas comunidades frente aos múltiplos usos da língua decorrentes da heterogeneidade que lhe é inerente e identitária. Sobre essa noção de identidade, ressalta Aguilera (2008, p. 105-106):



[a] atitude lingüística assumida pelo falante implica a noção de identidade, que se pode definir como a característica ou o conjunto de características que permitem diferenciar um grupo de outro, uma etnia de outra, um povo de outro. A identidade pode ser definida sob duas formas: (i) objetiva, ou seja, caracterizando-a pelas instituições (educacionais, artísticas, políticas, culturais, sociais, religiosas) que a compõem e pelas pautas culturais (usos, costumes, tradições) que lhe dão personalidade; ou (ii) subjetiva, antepondo o sentimento de comunidade partilhado por todos os seus membros e a idéia de diferenciação com respeito aos demais (Moreno Fernández: 1998, p. 180). Na maioria das vezes, ao caracterizar um grupo ao qual não pertence, a tendência é o usuário fazê-lo de forma subjetiva, procurando preservar o sentimento de comunidade partilhado e classificando o outro como diferente.

Com base nas duas formas em que a identidade pode se revelar, centramos nossa atenção na forma subjetiva, pois iremos investigar as atitudes sociolingüísticas de falantes do Sertão de Pernambuco sobre o uso de artigo diante de antropônimos, levando em conta as duas variantes presentes na sociedade: aquela em que o artigo definido antecede o antropônimo e a que o antropônimo não é antecedido por esse artigo. Além disso, tomando por base os três componentes da atitude lingüística, segundo Edward (1982): a) o cognitivo (associado ao saberes/ crenças sobre o mundo); b) o afetivo (relacionado aos juízos de valor decorrentes dos sentimentos do sujeito sobre as características da fala) e c) o comportamental (associado à intenção e à maneira de como o sujeito (re)age com seus interlocutores em contextos de comunicação específicos), deteremos nossa atenção no segundo componente.

É de suma importância destacarmos ainda que nossa análise ainda levará em conta o gênero do falante (BUTLER, 1990), deixando de lado a classificação do indivíduo com base em suas características físicas. Mendonça e Freitag (no prelo, p. 1) destacam que “uma mera observação casual permite constatar que as dicotomias entre gêneros não só existem como dão base a estereótipos.”. É exemplo desses estereótipos a diferenciação comportamental que a sociedade impõe para meninos/homens e meninas/mulheres: meninas devem brincar de casinha, meninos devem brincar com carrinhos; mulheres devem cruzar as pernas ao sentar, homens não devem cruzar as pernas ao sentar. As autoras ainda salientam que os efeitos desses estereótipos também são encontrados no campo da linguagem.



A tradição sociolinguística afirma que as mulheres são mais propensas a valorizar a norma prestigiada pela sociedade. As explicações dadas para esse fato, por muito tempo, possuíram um cunho preconceituoso e machista (CAMERON; COATES, 1990), uma vez que, dentre as afirmações, estava o fato de as mulheres almejarem um *status* social que não tinham (e que pertencia aos homens). Além disso, eram responsáveis pela criação dos filhos e, por esse motivo, deveriam privilegiar a norma culta e serem mais conservadoras. No outro lado da linha divisória entre homens e mulheres, aqueles são mais rudes e competitivos.

Para discutir a distinção linguística que ocorre nos resultados alcançados nas análises que distinguem homens e mulheres, Labov (1990) formula dois princípios, a saber: *change from above* e *change from below*. O primeiro diz respeito às mudanças que envolvem fenômenos estigmatizados pela sociedade, como por exemplo, a concordância verbal e nominal. O segundo, por seu turno, refere-se às mudanças abaixo do nível da consciência, isto é, que não sofre pressão social, como o fenômeno que nos propomos a analisar. A esse respeito, é postulado que, quando se trata de *Change from above*, os informantes do sexo feminino, em comparação aos do sexo masculino, seriam mais favorecedores das formas de prestígio. Para explicar esse fenômeno, Severo (2014) afirma que Labov segue um pensamento tradicional, baseando-se nos trabalhos de Schilling-Estes (1998), e sugere que esse comportamento linguístico das mulheres – de usar a variante de prestígio – reflete sua importância como dona de lar e sua responsabilidade na dura tarefa de educar os filhos.

Já quando se trata do que se chamou de *change from below*, os informantes do sexo feminino seriam as responsáveis pelo uso da variante inovadora. Ou seja, as mulheres seriam responsáveis por iniciar o processo de mudança linguística.

Mendonça e Freitag (no prelo, p. 1) afirmam que “os estereótipos são decorrentes dos papéis de gênero assumidos em uma dada sociedade, os quais, por sua vez, estão atrelados às práticas sociais desempenhadas”. As autoras salientam que, apesar de as mulheres já desfrutarem de papéis de destaque na sociedade, ainda há diferenciação entre os papéis sociais desempenhados por homens e mulheres: “[t]ais diferenças refletem não só nos usos linguísticos (diferença de performance), mas também na percepção que homens e mulheres têm a respeito desses usos (diferença de



avaliação).” (MENDONÇA; FREITAG, *no prelo*, p.1). Assim, percebemos uma relação entre o gênero do falante e suas atitudes perante os usos. Por esse motivo, como já mencionado, verificaremos as atitudes subjetivas entre os gêneros acerca do fenômeno linguístico aqui estudado.

## Metodologia

Para a elaboração deste estudo, selecionamos como campo de coleta o município pernambucano de Serra Talhada. Essa cidade, conhecida como a Capital do Xaxado e por ser o berço do cangaceiro Lampião (Virgulino Ferreira), está localizada na região do Sertão do Pajeú, a 415 km da capital, Recife. O município, segundo os dados do IBGE de 2015, possui uma população estimada em 84.352 mil habitantes e uma faixa territorial de 2.965 km<sup>2</sup>.

Localizada em posição estratégica, no cruzamento das estradas de acesso à Paraíba, Bahia e Ceará, Serra Talhada é a segunda cidade mais desenvolvida economicamente do Sertão de Pernambuco e o principal município da Mesorregião do Sertão pernambucano.

Visando à constituição do *corpus* desta pesquisa, foi aplicado um teste de atitude linguística com 16 informantes domiciliados na cidade, sendo separados em dois grupos, divididos de acordo com o gênero que os informantes se autodenominaram, a saber: um grupo composto por 8 indivíduos autodenominados como feminino e outro grupo com 8 informantes autodenominados como masculino. É importante salientarmos que, em nosso *corpus*, houve a predominância da dicotomia masculino/homem e feminino/mulher, não havendo questões não dicotômicas.

Para o instrumento de avaliação, selecionamos duas variantes constitutivas do fenômeno em análise: uma diz respeito à variante local, aquela em que o artigo não antecede o antropônimo (ex.: Maria falou com João) e a outra, à variante nova em que o artigo antecede o antropônimo (ex.: O João falou com (a) Maria) (cf. PEREIRA, 2017).

O instrumento de coleta utilizado neste trabalho foi o questionário. Cardoso (2015) salienta que um dos mais adequados instrumentos de coletas de atitudes parece ser o questionário, haja vista que podemos obter respostas claras e espontâneas, sem prejuízo de conteúdo das respostas que obteríamos com outros instrumentos de testes.



O teste teve como base a escala de Likert, de 1 a 5, onde são apresentadas, aos informantes, cinco opções de respostas para cada item a ser testado. Contrariamente aos questionários de dupla escolha – sim ou não – a escala elaborada pelo sociólogo Rensis Likert, em 1932, permite ao pesquisador mensurar atitudes e verificar graus distintos de concordância através das escolhas dos participantes que atuam como juízes diante das questões apresentadas.

Na escala produzida para este trabalho, atribuímos as seguintes características aos níveis da escala: as respostas obtidas em 1 e 2, estariam enquadradas no que julgamos ser atitudes positivas; as situadas em 3, foram entendidas como neutras; e as distribuídas em 4 e 5, foram analisadas como negativas.

Os itens de testagem do instrumento de avaliação subjetiva foram: (I) sentimento de inclusão – como apresentado em Mendonça e Freitag (*no prelo*); (II) estética da variante; (III) estética com foco na localidade de produção da variante; e (IV) sonoridade da forma. Com a verificação em (I), pretendemos verificar o quanto os informantes se sentem incluídos em construções que não pertencem à sua variante padrão. Os itens em (II) e (III) estão enquadrados no critério estético, porém, em (II) enfatizamos as duas variantes; já, em (III), o foco deixa de ser a variante e passa a ser a localidade – nordeste ou sul do país – em que é produzida a variante, a fim de verificarmos se o estigma social encontrado na região nordeste tem alguma influência nas atitudes dos informantes para com as formas privilegiadas em cada região e, em (IV), buscamos verificar como o informante julga a sonoridade das formas. Na seção subsequente, apresentamos os resultados obtidos após a coleta dos dados.

## **Análise dos dados**

Nesta seção, apresentaremos os resultados obtidos através da aplicação dos testes de atitudes linguísticas na comunidade selecionada para análise.

## **Sentimento de inclusão**

Como já salientamos, com o controle do sentimento de inclusão, objetivamos verificar o quanto os informantes se sentem incluídos, ou



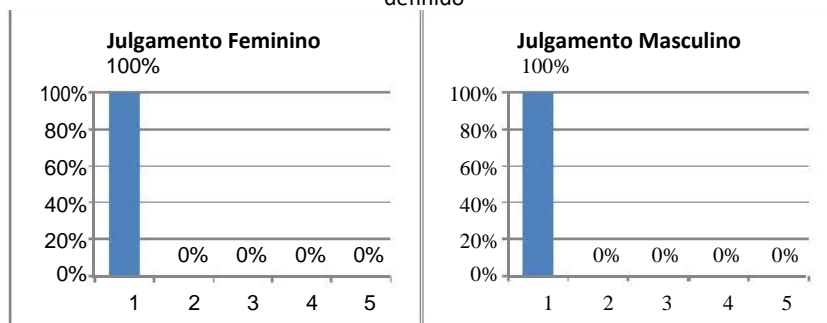
melhor, representados pelas duas variantes linguísticas: tanto a variante apontada como sendo a de maior frequência, quanto a não prestigiada na comunidade, a saber: a forma em que o artigo antecede o antropônimo e aquela em que há a ausência do artigo, respectivamente.

Para a observação do sentimento de inclusão dos participantes, consideramos os seguintes níveis para a escala:

- 1 – Totalmente Incluído;
- 2 – Parcialmente Incluído;
- 3 – Indiferente;
- 4 – Parcialmente Excluído;
- 5 – Totalmente Excluído.

A primeira forma a ser avaliada pelos participantes juízes foi a local, isto é, a variante em que o artigo não antecede o antropônimo. Após a obtenção das respostas, vejam-se os resultados apresentados no gráfico 1:

**Gráfico 1:** Julgamento da forma em que o antropônimo não é antecedido por artigo definido



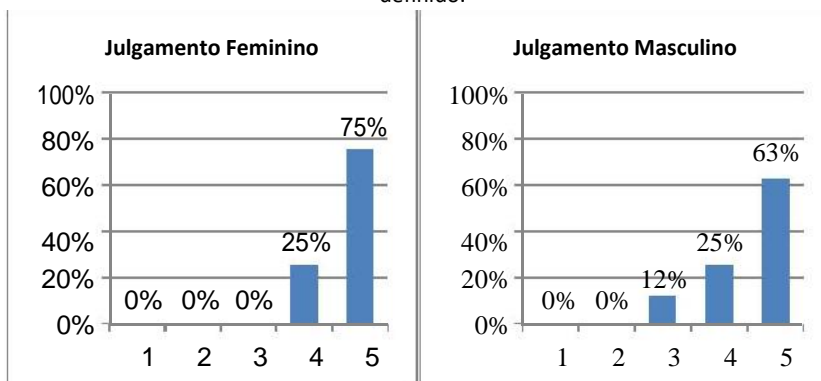
Como já esperávamos, os informantes juízes atestaram que possuem um sentimento de total inclusão quando a forma que está em julgamento é a mais comum na comunidade linguística analisada. Todos os 16 julgamentos se concentraram no nível 1 da escala, marcando o julgamento “Totalmente Incluído”. Com a visualização do gráfico, verificamos que não houve variação entre os níveis da escala. Tampouco, houve variação entre os gêneros observados: participantes femininos e masculinos avaliam de forma idêntica a variante sem o artigo diante do antropônimo.

Esse resultado mostra, então, que todos os participantes se sentem incluídos quando o que se está em jogo é a forma “Maria saiu”, e que se sentem representados por indivíduos que produzem esse tipo de



construção. Esse resultado, porém, vai de encontro ao resultado encontrado no julgamento da forma em que há realização do artigo, como podemos verificar no gráfico 2:

**Gráfico 2:** Julgamento da forma em que o antropônimo é antecedido por artigo definido.



Contrariamente ao que foi visto no gráfico 1, referente ao julgamento da variante sem artigo, o gráfico 2 mostra que houve uma variação entre os níveis de julgamento, tanto por parte do gênero feminino, quanto por parte do gênero masculino.

A diferença entre os dois resultados não se encontra apenas na presença da variação entre os níveis, mas também na mudança dos julgamentos. Segundo os testes, o gênero feminino variou entre os níveis 4 e 5, isto é, do “parcialmente excluído” ao “totalmente excluído”. O gráfico mostra que, apesar de uma parcela de 25% participantes se sentirem parcialmente excluídos, a maioria dos juízes se sentem excluídos totalmente quando a construção em questão traz consigo um artigo definido.

O mesmo sentimento de exclusão foi observado no julgamento masculino. Esse gênero também variou sua percepção entre os níveis mais baixos da escala: 3 a 5, do indiferente ao totalmente excluído, respectivamente, classificados, por nós, como sendo níveis representativos de julgamentos de neutralidade e negativos.

Diante dos julgamentos feitos, podemos pensar que ambos os gêneros não são sensíveis à forma com artigo, uma vez que sua variação ocorreu apenas nos últimos níveis, evidenciando que os participantes não se colocam como pertencentes de um sentimento de inclusão perante à forma em análise. Nesse caso, não se sentir representado pela variante nova,





aquela com artigo diante de antropônimo, constitui-se uma atitude negativa, haja vista que só nos sentimos representados por aquilo que nos identificamos; e identificar-se envolve as atitudes positivas acerca de um dado objeto social.

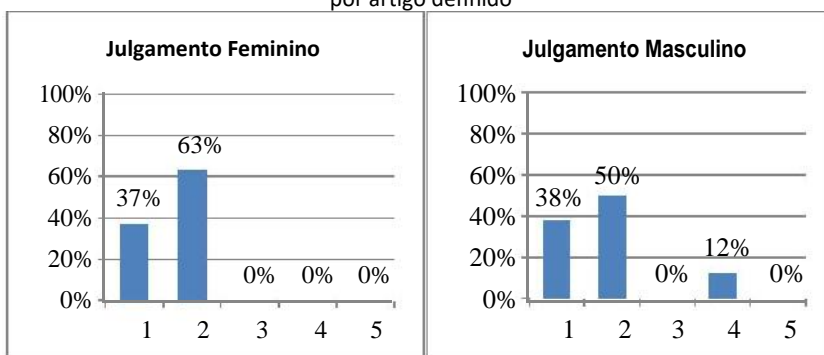
## Estética da variante

Nesta subseção são analisadas características puramente estéticas das variantes. Para este julgamento, a escala foi a seguinte:

- 1 – Muito bonito;
- 2 – Bonito;
- 3 – Indiferente;
- 4 – Feio;
- 5 – Horrroso.

Como já mencionamos, na metodologia deste trabalho, esse critério foi dividido em dois: um focalizando as duas formas – com e sem artigo – e outro, a localidade onde essas formas possuem grandes frequências de uso. É imperativo destacarmos que evitamos o uso do superlativo sintático “belíssimo”, haja vista que, segundo Félix (2015, p 62), homens tendem a desfavorecer o uso de superlativos com sufixos –íssimo. O autor salienta que o baixo índice de uso pode ser motivado pelo fato de o uso de superlativos como o referido ser mais marcado na fala de gays. Diante dessa constatação, optamos por fazer uso do superlativo analítico “muito bonito”, para evitar que algum participante não marcasse o nível 1, por este apresentar uma forma que, pelo que parece, é estigmatizada. *A priori*, traremos os julgamentos com o foco nas formas. Vejamos os resultados no gráfico 3:

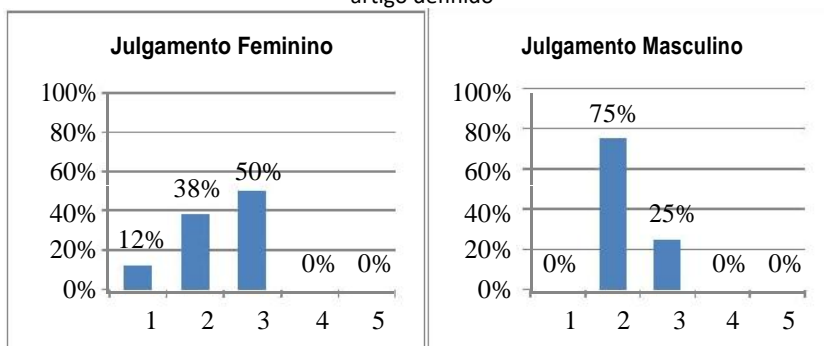
**Gráfico 3:** Julgamento estético da forma em que o antropônimo não é antecedido por artigo definido



Os resultados apontam para uma diferença entre os gêneros no que concerne ao julgamento da estética da forma sem artigo: enquanto o gênero feminino apresentou apenas atitudes positivas em relação à estética da forma analisada, o gênero masculino oscilou entre atitudes positivas – níveis 1 e 2 – e negativas – nível 4. Esse resultado, então, nos mostraria que, em comparação com o gênero masculino, o feminino seria mais sensível à forma local, não apresentando julgamentos negativos quanto à variante sem artigo. Todavia, ao observarmos os questionários, percebemos que a porcentagem de 12%, presente no nível 4, foi decorrente de apenas 1 informante; os demais juízes distribuíram seus julgamentos entre as atitudes positivas. A resposta desse único informante pode ser reflexo de algum estigma perante às questões que envolvem não a variante propriamente dita, pois, diversos trabalhos (cf. ALVES, 2000, PEREIRA, 2017) afirmam que o fenômeno variável da realização do artigo diante de antropônimos não é um fenômeno associado a estigma social, mas à região de atuação da variante – nordeste.

Observemos agora o resultado dos julgamentos sobre a variante com artigo.

**Gráfico 4:** Julgamento estético da forma em que o antropônimo é antecedido por artigo definido



Quando a forma em análise é aquela em que o artigo antecede o antropônimo, observamos que os participantes do gênero feminino tendem a apresentar um comportamento diferente do obtido no teste para a forma anterior: os níveis 1 e 2 obtiveram números menores para as atitudes positivas, 12% e 38%, respectivamente. A maioria do julgamento feminino para a forma “A Maria” é indiferente, com porcentagem de 50%, indicando



que as mulheres não acreditam que o fato de o artigo anteceder o nome próprio de pessoa qualifica ou desqualifica a sentença. Os resultados obtidos para os participantes do gênero masculino foram mais expressivos para o nível 2, “bonito”, com 75%. Do total de ocorrências, apenas 25% representam a indiferença masculina para com a forma com artigo.

Esse resultado mostra-nos que o gênero masculino, no que tange ao critério estético das formas, é mais sensível à variante nova, haja vista que o número de julgamentos no nível 2 foi superior ao número encontrado no julgamento feminino. Por conseguinte, esse resultado vai de encontro ao resultado obtido no critério de sentimento de inclusão, evidenciando que o gênero masculino, apesar de não se sentir representado pela forma, não a desqualifica.

## Estética da variante por localidade

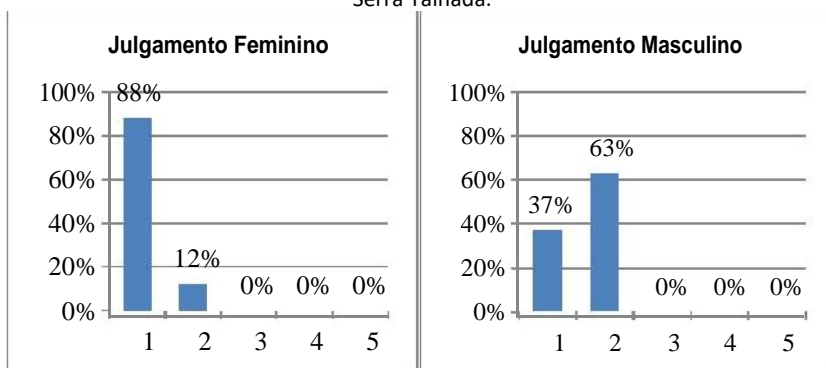
O critério estético da localidade onde a variante é produzida com maior frequência também foi investigado por nós. Com isso, almejamos verificar se o preconceito existente na sociedade com a região nordeste do Brasil se refletia nas atitudes linguísticas dos nossos informantes. O mesmo fez Cardoso (2015) em estudo sobre o modo de falar do aracajuano, em comparação às falas alagoanas, baianas e cariocas. Segundo a autora “como o nordestino é taxado negativamente, as características de sua fala também o são.” (CARDOSO, 2015, p. 115). Uma vez que o informante pode ter se deixado levar pelo estigma que a localidade carrega, poderia manter atitudes negativas com relação à variante – sem artigo – presente na região.

Em nosso teste, o participante foi informado de que, segundo estudos já realizados em algumas comunidades nordestinas (PEREIRA, 2017; CALLOU; SILVA, 1997), mais especificamente, as pernambucanas – Recife e Serra Talhada – a tendência é a de não realização do artigo diante dos antropônimos. Já, na região sul, como nos municípios de São Paulo e Rio de Janeiro (CALLOU & SILVA, 1997), a tendência é privilegiar construções em que o artigo antecede o antropônimo. Tendo explicitado aos informantes de que a variante local é, segundo os estudos, aquela em que há ausência de artigo, nossa hipótese foi a de que o informante teria um julgamento positivo sobre sua própria variante, como uma forma de se impor perante à variante nova. Diante disso, obtivemos os seguintes resultados, levando em conta os mesmos níveis da escala para o item “estética da variável”:



- 1 – Muito bonito;
- 2 – Bonito;
- 3 – Indiferente;
- 4 – Feio;
- 5 – Horrroso.

**Gráfico 5:** Julgamento estético da variante predominante nas cidades de Recife e Serra Talhada.



Após a observação dos testes, constatamos que os informantes de ambos os gêneros possuem atitudes positivas diante de sua própria variante. Tanto o gênero masculino, quanto o feminino variou entre os dois primeiros níveis, referentes a “muito bonito” e “bonita”, níveis 1 e 2, respectivamente. O que diferencia os dois gêneros é apenas o fato de o gênero feminino julgar o falar de maior frequência da comunidade como sendo “muito bonito”, o nível mais elevado em nossa escala, enquanto o gênero masculino julgar a mesma forma como “bonita”, um nível inferior na hierarquia da escala proposta.

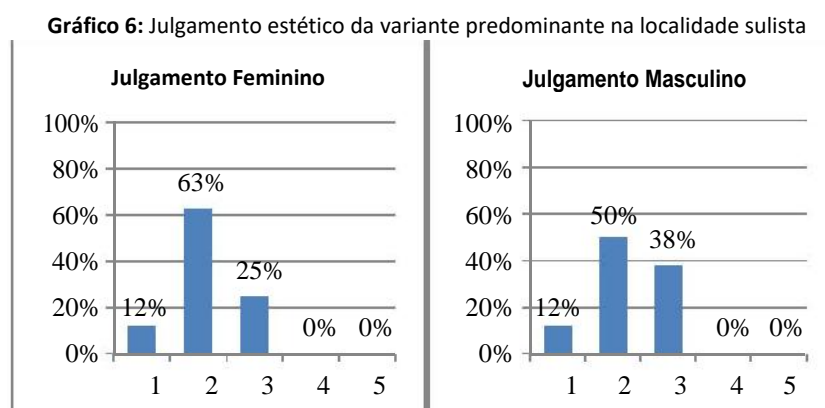
Como esperávamos, os serratalhadenses têm a tendência de ter julgamentos positivos diante da variante produzida em sua região. Os dados ainda sugerem que, do ponto de vista da percepção, as mulheres, de certa forma, possuem um nível maior de sensibilidade à forma local.

Notamos que o julgamento do gênero feminino não oscilou em relação aos dois itens analisados do critério estético. Já, o julgamento do gênero masculino, parece ter sofrido mudanças. No item com foco na variante sem artigo, observamos que um juiz julgou-a negativamente. Diante disso, lançamos o questionamento sobre se essa percepção seria ou não reflexo da pressão social que a região e seu falar carregavam. O gráfico



5 mostra que, apesar da inferioridade dos números apresentados pelos informantes masculinos – em comparação aos informantes femininos – eles não desvalorizam o falar nordestino, uma vez que não apontaram para um julgamento negativo. Dessa forma, a marcação do nível 4, no gráfico 3, não parece ser reflexo do estigma que a localidade carrega.

No que se refere à variante predominante na região sul/sudeste, os julgamentos também foram positivos, como podemos observar no gráfico 6:



Apesar de os juízes não terem apresentado atitudes negativas perante à variante sulista, podemos perceber que, diferentemente do resultado obtido para a forma predominante no nordeste – onde a variação deu-se apenas entre os níveis positivos, de 1 e 2 –, aqui houve uma variação distribuída entre os níveis de 1 a 3. Os gráficos mostram que os informantes masculinos são os que mais apresentaram indiferença acerca da forma predominante no falar sulista (38%).

É importante percebermos que o nível de indiferença presente no julgamento dos informantes autoidentificados como do gênero masculino aumentou em 13% em comparação ao julgamento apenas da estética da forma com artigo e sem o enfoque na região de produção (Gráfico 4): enquanto a porcentagem de indiferença referente à estética da forma com artigo foi de 25% (Gráfico 4), a porcentagem apresentada para a estética da forma com foco na região de produção foi de 38% (Gráfico 6). Assim, ao passo que o número de marcação do nível 3 aumentou quando o questionário focalizava não só a forma com artigo, mas também a região de produção, o número de julgamentos positivos diminuiu.



Quanto ao julgamento dos juízes do gênero feminino, verificamos que a porcentagem de atitude positiva é maior que a apresentada pelo gênero masculino, de 63% do nível 2. Além disso, contrariamente ao que aconteceu com o gênero oposto, o feminino diminuiu o julgamento de indiferença referente à forma com artigo, quando o foco foi dado à região de produção. Nesse caso, parece que o gênero feminino é mais sensível à variante com artigo quando o foco é dado à região. Todavia, mesmo os juízes femininos tendo julgado positivamente a forma sulista, esse julgamento não se equivale ao julgamento dado à forma mais privilegiada em partes do nordeste (gráfico 5).

Concluimos, então, que o estigma existente em relação à região nordestina, assim como a localidade não influenciaram os serratalhadenses juízes de nossa pesquisa a julgarem negativamente a forma local. Tampouco, constatamos uma avaliação contrária à variante sulista.

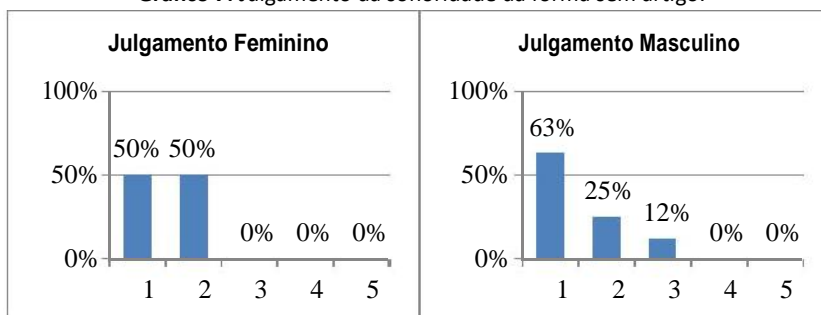
## Sonoridade da variante

A sonoridade que cada forma possui pode ser alvo de julgamento por parte dos informantes. Por esse motivo, nosso teste englobou a questão sonora das duas variantes típicas no português brasileiro. A escala utilizada para o controle desse critério é a que segue:

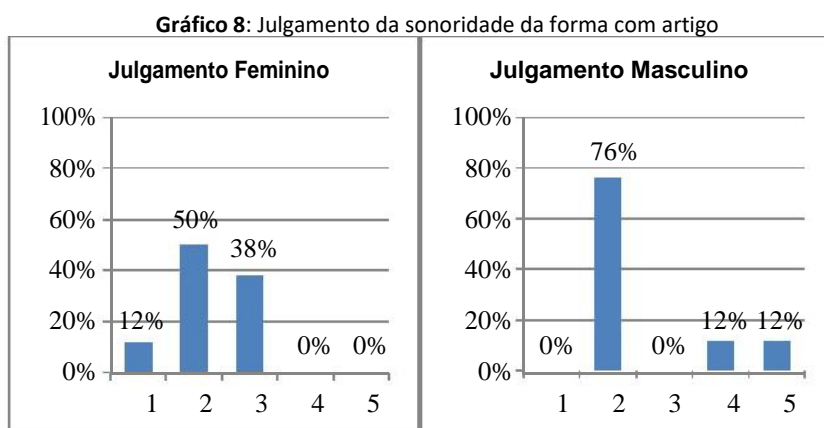
- 1 – Muito agradável;
- 2 – Agradável;
- 3 – Indiferente;
- 4 – Desagradável;
- 5 – Muito desagradável.

No que tange à sonoridade da variante sem artigo, nosso teste apontou para o fato de os julgamentos coletados não apresentarem negatividade para esta forma.

**Gráfico 7:** Julgamento da sonoridade da forma sem artigo.



O gênero feminino apresentou variação entre os níveis 1 e 2; enquanto o gênero masculino variou de 1 a 3, apontando para uma indiferença acerca do julgamento da forma local. Percebemos que os participantes representantes do gênero feminino estão mais propensos a atitudes positivas perante à sua própria variante. As mulheres afirmaram que construções como “Joaquina sentou no sofá” são “muito agradáveis” e “agradáveis” de se ouvir. Já, os serratalhadenses do gênero masculino, sinalizaram para uma possível indiferença quando ao fato de a forma ser agradável ou não. O mesmo não aconteceu quando o que está em jogo é a forma com artigo (gráfico 8):



Os testes mostraram que, para essa forma, os informantes juízes, mais especificamente aqueles autodenominados como masculinos, lançaram atitudes negativas, variando entre os níveis de 2 a 5, isto é, de “agradável” (76%) a “muito desagradável” (12%). O gênero feminino, por sua vez, variou entre 1 a 3, do “muito agradável” (50%) ao “indiferente” (38%).

Diante do resultado obtido, percebemos que o gênero masculino, apesar de apresentar julgamentos nos níveis 4 e 5, é o que apresenta a maior porcentagem de julgamento positivo, do nível 2, agradável. O gênero feminino reduziu drasticamente seu julgamento do nível 1 que, diante da forma sem artigo, apresentou uma porcentagem de 50%, para 12% diante da forma com artigo, trazendo evidências empíricas de que esse gênero privilegia a forma local.



Sumarizando os resultados obtidos nesta seção, verificamos que os testes apontaram para o fato de existir, na maioria dos casos, uma discordância entre os gêneros, no que concerne aos julgamentos das formas linguísticas (variantes) em análise: a presença de artigo definido diante de antropônimo e a ausência desse artigo diante de antropônimo.

Percebemos que o gênero feminino, em muitos dos julgamentos, mostra sua preferência a sua variante local, aquela sem artigo (cf. PEREIRA, 2017); enquanto o gênero masculino, em comparação aos julgamentos do gênero feminino, apesar de também privilegiar a forma sem artigo, apresenta-se como sendo mais sensíveis à variante com artigo. Esse resultado corrobora com a afirmação de Pereira (2017) sobre o gênero feminino refletir o padrão da comunidade de fala a qual pertence. Ainda sobre o trabalho realizado por Pereira (2017) e os resultados obtidos aqui, podemos pensar não só que o fato de os informantes homens terem obtido peso relativo significativo de realização do artigo diante do contexto (0,74) pode estar atrelado aos julgamentos positivos que possuem acerca da variante nova, como também que o baixo peso alcançado pelas mulheres (0,30) está ligado aos seus julgamentos.

Nossos dados parecem refletir a realidade encontrada em Pereira (2017), em que as mulheres, apesar de não rejeitarem, são mais resistentes à variante nova em comparação ao gênero masculino. Os julgamentos positivos dos itens acerca do critério estético, por exemplo – tanto aquele que traz o foco para as variantes, quanto para a localidade –, mostram que o gênero feminino apresenta porcentagens inferiores às porcentagens apresentadas pelo masculino sempre que a forma em questão é aquela em que o antropônimo é acompanhado por artigo.

A tradição sociolinguística afirma que, em mudanças abaixo do nível da consciência social – do princípio laboviano *change from below* –, as mulheres, em comparação aos homens, são responsáveis por frequências mais significativas das formas inovadoras em suas comunidades. Nossos testes, no entanto, mostram que o gênero feminino não é aquele que se coloca como sendo o mais acolhedor da forma inovadora na comunidade de Serra Talhada. Os motivos pelos quais isso acontece é o que precisa ser desvendado pelas pesquisas que se propõem em analisar o sistema de determinante do português brasileiro. Mendonça e Freitag (*no prelo*, p. 14)





afirmam que “a Sociolinguística, em relação ao gênero, pode contribuir para a discussão dizendo o que é usado, e não por que é usado (...)”.

Consultando as fichas sociais dos informantes, a fim de encontrarmos possíveis elementos condicionadores à inclinação masculina a julgamentos positivos à forma com artigo, verificamos que apenas 1 dos 8 informantes não realiza qualquer atividade de trabalho. Já, quanto aos informantes do grupo de gênero feminino, o número é maior: 6 dos 8 informantes não atuam no mercado. Uma vez atuando no mercado de trabalho, seja qual for a modalidade de emprego, o indivíduo está em constante contato com as diversas variantes do português brasileiro, inclusive no que diz respeito à presença/ausência do artigo definido diante de nomes próprios de pessoas, haja vista que a cidade de Serra Talhada é considerada um polo comercial da região. Diante de tal observação, lançamos os seguintes questionamentos: seria possível pensarmos que esse fato está atuando nos julgamentos dos informantes? O pouco contato linguístico referente ao gênero feminino poderia estar interferindo em seu julgamento? A diferença de papéis sociais estaria interferindo na percepção dos gêneros?

Ainda gostaríamos de salientar que o fato de o fenômeno linguístico em análise não carregar pressão social contribuiu para que as duas formas obtivessem número significativos de julgamentos positivos, excetuando o item “Sentimento de inclusão” da variante com artigo. Por falarmos em “Sentimento de inclusão”, ao controlarmos esse item, mostramos que o fenômeno variável do artigo definido diante de sintagmas nominais nucleados por antropônimos marca uma diferença dialetal no que tange ao sistema de determinantes do português brasileiro entre comunidades do território brasileiro.

Os informantes juízes desta pesquisa, moradores do sertão pernambucano, local este que não privilegia a presença do artigo na posição sintática anterior ao nome, não se sentem representados por construções onde o antropônimo é acompanhado de determinante. O resultado contrário, por sua vez, aconteceria se nossos juízes residissem em uma comunidade cuja forma privilegiada é aquela em que o nome é acompanhado por um artigo definido.



## Considerações finais

Com base no trabalho investigativo realizado, observamos que tanto o gênero feminino, quanto o gênero masculino são mais sensíveis a sua forma de prestígio, isto é, aquela em que o nome próprio de pessoa não vem antecedido por artigo definido (ex.: Marília comprou batata), tendo cada um sua devida proporção de sensibilidade. O feminino é o gênero com maior sensibilidade, tendo maior inclinação para refletir o padrão encontrado na comunidade.

Os julgamentos subjetivos das atitudes dos falantes também mostraram atitudes positivas em relação à forma nova, ou seja, a variante em que o artigo antecede o SN nucleado por antropônimo (ex.: O Pedro comprou batata), excetuando o item “sentimento de inclusão”. Todavia, é de suma importância pontuarmos que, contrariamente ao que aconteceu com a forma sem artigo, os julgamentos para a forma com artigo não se concentraram apenas nos níveis considerados como positivos, como podemos observar no item da sonoridade da variante com artigo.

Por fim, pontuamos que, com este trabalho pioneiro embasado no campo das atitudes linguísticas, pretendemos contribuir para a construção do perfil sociolinguístico da região do sertão pernambucano no que concerne ao sistema de determinantes do PB, mais particularmente, ao uso ou não do artigo definido diante de antropônimos.

## Referências

AGUILERA, V. A. Crenças e atitudes linguísticas: o que dizem os falantes das capitais brasileiras. **Estudos Linguísticos**, v. 37, n. 2, p. 105-112, mai-ago. 2008.

BISINOTO, L. S. J. **Atitudes sociolinguísticas**: efeitos do processo migratório. Campinas: Pontes, 2007.

BOTASSINI, J. O. M. A importância dos estudos de crenças e atitudes para a sociolinguística. **Signum: Estudos Linguísticos**, n. 18/1, p. 102-131, jun. 2015.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**. Feminismo e Subversão da Identidade. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017 [1990].



CALLOU, D.; SILVA, G. M. O. O uso do artigo definido em contextos específicos. In: HORA, D. (org.). **Diversidade linguística no Brasil**. João Pessoa: Idéia, 1997, p. 11-27.

CAMERON, D.; COATES, J. **Women in their speech communities**. 1. ed. Nova York: Longman, 1990.

CAMPOS JÚNIOR, H. S. **A variação morfossintática do artigo definido na capital capixaba**. 2011. 123f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

CARDOSO, D. P. **Atitudes linguísticas e avaliações subjetivas de alguns dialetos brasileiros**. 1. ed. São Paulo: Blücher, 2015.

COUTINHO, I. L. **Pontos de gramática histórica**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2004.

FLORIPÍ, S. A. **Estudo da variação do determinante em sintagmas nominais possessivos na história do português**. 2008. 271f. Tese (doutorado em linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

EDWARDS, J. Language attitudes and their implication among English speakers. In: RYAN, E. B.; GILES, H. (ed.). **Attitudes towards language variation**. London: Edward Arnold, 1982.

FREITAG, R. M. K. Uso, crença e atitudes na variação na primeira pessoa do plural no Português Brasileiro. **D.E.L.T.A**, São Paulo. v. 32, n. 4, p. 889-917, 2016.

FREITAG, R. M. K. et al. Como o brasileiro acha que fala? Desafios e propostas para a caracterização do “português brasileiro”. **Signo y Señá**, n. 28, p. 65-87, 2015.

FREITAG, R. M. K. et al. Como os brasileiros acham que falam? Percepções sociolinguísticas de universitários do sul e do nordeste. **Todas as Letras**, v. 18, n. 2, p. 64-84, mai/ago. 2016.



GILES, H.; RYAN, E. B.; SEBASTIAN, R. J. An integrative perspective the study of attitudes toward language variation. In: GILES, H.; RYAN, E. B. (Org.). **Attitudes towards language variation: social and applied context**. London: Edward Arnold, 1982. p. 1-19.

GUY, G. R. A Identidade linguística da comunidade de fala: paralelismo interdialetoal nos padrões de variação linguística. **Organon, Revista do Instituto de Letras da UFRGS**, Porto Alegre, v.14, n.28-29, 2000. Disponível em: [<http://seer.ufrgs.br/organon/article/view/30194>] Acesso em: 12 mar. 2014.

HORA, D. Atitude: um conceito teórico, um conceito de vida. **Revista do GELNE**, Natal. v. 14, número especial, p. 367-386, 2012.

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, [1972] 2008.

LABOV, W. The intersection of sex and social class in the course of linguistic change. In: **Language Variation and Change**. USA: Cambridge University, 1990.

LAMBERT, W. The social psychology of bilingualism. **Journal of Social Issues**, v. 23, p. 91-109, 1967.

LAMBERT, W. W.; LAMBERT, W. E. **Psicologia social**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

LIKERT, R. The method of constructing an attitude scale. In: FISHBEIN, M. (Org.). **Readings in attitude theory and measurement**. New York: John Wiley & Sons, [1932] 1967. p. 90-107.

LOURENZO, D. S. **Crenças e atitudes linguísticas: tendências de reação de falantes curitibanos e londrinenses**. 2015. 108f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

MENDONÇA, J.; FREITAG, R. M. K. Inclusão, cooperação e gênero. In: LOPES, N. da Silva; CARVALHO, C. dos Santos; SOUZA, C. M. B. de. (orgs.). **Fala e**



**contexto no português brasileiro** : estudos sobre variação e mudança linguísticas. Salvador: EDUNEB, 2018. (no prelo).

PEREIRA, D. K. F. **A realização de artigo definido no português falado na região do sertão do Pajeú-PE**. 2017. 206f. Dissertação (Mestrado em linguística) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

TRUDGILL, P. **Sociolinguistics**: an introduction. Middlesex, England, Penguin Books, 1975.

SEVERO, C. G. O lugar do indivíduo na teoria laboviana. **Revista Lingua(gem)**. Macapá, vol 1, n. 02, 2004

VASSOULER, A.; CAMACHO, R. V. Crenças e atitudes linguísticas: a variante retroflexa na variedade rio-pretense. **Revista do GEL**, v. 13, n. 2, p. 163-191, 2016.

ZILLES, A. M. S. O que a fala e a escrita nos dizem sobre a avaliação social do uso de a gente. **Letras de Hoje**, v. 42, n. 2. p. 27-44. jun. 2007.

Recebido: 22/02/2018

Aceito: 02/07/2018

